

Plenário da Constituinte volta à calma

BRASÍLIA — Após uma terça-feira de plenário lotado para a votação do regimento interno, a sessão da tarde de ontem da Constituinte atraiu apenas 150 parlamentares. A Aids e a morte de Henfil, a chacina dos garimpeiros no Pará e a política econômica do governo foram os temas predominantes dos discursos.

O deputado Paulo Delgado (PT-SP) pediu a inclusão de um dispositivo na próxima Constituição, que permita responsabilizar criminalmente as autoridades públicas em casos como o do Pará. O senador Mauro Borges (PDC-GO) criticou o ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves: "Ele não pode ser árbitro da Constituição e não tem condições legais para isso".

A maioria do 'Centrão' está perto do fim

A hora de o chamado *Centrão* provar que reúne, de fato, a maioria dos 559 constituintes é agora — tão logo o projeto de Constituição comece a ser votado pelo plenário da Assembléia. Não foi difícil reuni-la para alterar o regimento interno — afinal, a Constituinte legisla, durante mais de três meses, através de uma comissão integrada só por 93 parlamentares. O projeto ali aprovado incorporou alguns pontos que assustaram a direita e grande parte dos moderados da Assembléia.

De resto, a mudança do regimento permitiria a reapresentação de emendas rejeitadas ou prejudicadas no curso da aprovação do projeto no âmbito da Comissão de Sistematização. A esquerda e seus eventuais aliados foram surpreendidos, no início, com o surgimento do *Centrão*. Admitiu-o o senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte: "Pensávamos estar diante de um gato. Vimos, depois, que não era um gato, era um tigre". No confronto, o tigre ganhou.

O novo regimento interno, antontem, finalmente aprovado, exhibe as principais mudanças sugeridas na proposta do *Centrão* — mas não repete, integralmente, os termos originais da proposta. Resultou de um complexo, arrastado e coletivo processo de elaboração que atraiu a participação direta de elementos menos radicais da própria esquerda na Constituinte. Em resumo, é uma peça que nasceu da negociação política, embora fortemente marcada pela força do *Centrão*.

O *Centrão* teve força para provocar a mudança do regimento mas essa for-

ça, ao longo dos últimos 40 dias, foi se diluindo. Na primeira fase, a de apresentação da proposta original de alteração do regimento, mais de 310 assinaturas de constituintes foram recolhidas pelos líderes informais do *Centrão*. Na segunda, quando a proposta começou a ser votada, o *Centrão* conseguiu acantonar no plenário 290 senadores e deputados — 125 do PMDB que escapou à obediência a Covas.

Para consumir, antontem, a votação da proposta, o *Centrão* juntou não mais que 200 dos quase 320 constituintes de que inicialmente dizia dispor. "O *Centrão* acabou, esgotou-se no episódio da reforma do regimento", acredita o deputado Cid Carvalho (PMDB-MA). Concorde o deputado Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização, extinta pelo novo regimento: "A partir de agora, ninguém tem mais maioria e tudo terá que ser negociado para que possa ser aprovado".

A Cabral, o deputado Del Bosco do Amaral (PMDB-SP), um dos que primeiro aderiram ao *Centrão*, admitiu ontem que seu compromisso com o grupo acabou com o episódio da votação do regimento. "Já comuniquei isso aos líderes do *Centrão*", contou o deputado. Embora estivesse em Brasília no final da tarde da terça-feira, o deputado Ismael Wanderley (PMDB-RN) evitou ir ao prédio do Congresso votar a mudança do regimento. "Não tenho mais nada com o *Centrão*", desculpou-se Wanderley.

Muitos deixaram de ter, simplesmente, porque o que os levou ao *Centrão* foi o desejo de reformar o regimento. Outros começaram a se afastar do *Centrão* com receio de serem estigmatizados como políticos de direita interessados em barrar qualquer avanço social e político que a nova Constituição pudesse oferecer. "Não sou, nunca fui e não quero passar como um direitista empedernido que vota contra os trabalhadores", esquivou-se o deputado José Jorge (PFL-PE).

O processo de esvaziamento do *Centrão* tem a ver, também, com a emulação, que se revelou falsa e que

não resistiu a 40 dias de discussão, entre a esquerda e a direita na Constituinte. Os líderes do *Centrão*, quase todos eles de direita, tentaram manter o apoio dos constituintes moderados sob o argumento de que a esquerda dominaria a Comissão de Sistematização e de que poderia fazer o mesmo quando o projeto de Constituição fosse votado no plenário da Assembléia.

Na verdade, a esquerda não dominou a Comissão de Sistematização — soube, apenas, negociar ali à direita e ao centro para fazer aprovar algumas matérias do seu interesse. O regimento interno, agora reformulado, obriga a aprovação de qualquer artigo da futura Constituição por uma maioria de 280 votos. Pelo regimento revogado, seriam necessários 280 votos para derrubar qualquer artigo aprovado na Comissão de Sistematização. A ausência dessa maioria resultaria na manutenção do artigo.

Foi para o espaço, assim, a possibilidade de um artigo aprovado por 47 dos 93 integrantes da Comissão de Sistematização fazer parte da nova Constituição, apesar de rejeitado em plenário por, digamos, 279 constituintes. Sumiu o espantinho da ditadura de uma minoria mais facilmente manipulada pela esquerda. O *Centrão* perdeu um dos seus motes prediletos. Como ficará a partir de agora? Ficará como qualquer um dos muitos grupos que se formam e que se desfazem na Constituinte.

Ora reunirá a maioria de 280 votos par bancar algumas de suas emendas ao projeto de Constituição, ora terá que negociar e fazer concessões, ora será, simplesmente, derrotado. Nada demais. Constituição alguma poderá ter a pretensão de vigir por muito tempo se não for capaz de refletir a média de pensamento dos que a confeccionaram. A média se obtém pela negociação — não pela imposição, muito menos através da formação de maiorias eventuais, episódicas.

Ricardo Noblat

Brasília — Wilson Pedrosa



Ulysses disse que proposta de Aureliano é de interesse nacional mas não deu apoio

Aureliano pede exceção para contrato de risco

BRASÍLIA — O ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, propôs que seja alterado o artigo do projeto da nova Constituição que proíbe os contratos de risco na exploração de petróleo, para abrir exceção às companhias de países onde a Braspetro atua na perfuração. "Os contratos de risco não devem ser uma regra, mas uma exceção condicionada à reciprocidade", explicou Aureliano depois de entregar 15 propostas ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, e às lideranças partidárias.

Os três principais pontos do documento, que foi discutido na terça-feira entre Aureliano e os presidentes de sete empresas estatais ligadas ao Ministério das Minas e Energia, são contrato de risco, nacionalização da distribuição de derivados de petróleo e Imposto Único sobre Mineração. Ao sair do gabinete de Ulysses, Aureliano destacou o primeiro tema, afirmando que "a Petrobrás é competente e eficiente, mas os contratos de risco nem sempre renderam resultados favoráveis ao país".

Ulysses disse que as sugestões de Aureliano são "de interesse do Brasil", mas não se comprometeu a lutar por elas. Para o presidente da Constituinte, o mais importante da conversa com o ministro, que é do PFL, foi o fato de ambos terem concordado que "a prioridade é acelerar

os trabalhos e concluir logo a nova carta do país".

Também à saída da reunião, o líder do PTB, Gastone Righi, disse que Aureliano discordava do monopólio estatal sobre a distribuição dos derivados de petróleo, aprovado na Comissão de Sistematização, por julgar que acarretaria "um ônus dispensável". O ministro das Minas e Energia está preocupado em manter o Imposto Único sobre Mineração, ameaçado pelo artigo do projeto que unifica cinco impostos, inclusive este, no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que seria cobrado pelos estados e municípios.

Já o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, disse que as sugestões de Aureliano "são pertinentes, ponderadas e dignas de uma análise profunda". Ele acha "absolutamente normal" que um ministro leve sugestões à Constituinte. "Isso não é pressão, é até uma obrigação de quem está intimamente vinculado e conhece os problemas do país", concluiu.

Além de Righi e Covas, participaram da reunião com Aureliano o líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna; o líder do PFL, deputado José Lourenço; e deputados mineiros. Depois da reunião, Ulysses trançou-se em seu gabinete com Aureliano, por mais de meia hora.

Covas quer que mandato entre logo em votação

BRASÍLIA — O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, quer inverter o cronograma de votações, para começar pelos dois temas mais polêmicos: duração do mandato do presidente José Sarney e sistema de governo. Segundo Covas, que se reuniu ontem com os vice-líderes do PMDB e marcou para a próxima quinta-feira uma reunião geral da bancada do partido, para discutir o assunto, "esses são dois focos de fermentação e, se forem enfrentados logo, haverá mais tranquilidade e atenção para os demais problemas".

Além de achar que a votação do mandato e do sistema de governo vai tirar boa dose de tensão da Constituinte, Covas diz que a inversão do cronograma "tem lógica", pois vários outros temas estão atrelados a essas duas decisões. Ele, contudo, sabe que haverá problemas se a proposta for submetida a plenário e, por isso, pretende consultar a bancada e partir para "uma ampla negociação" com todos os partidos e facções da Constituinte.

Se Covas está animado com a possibilidade de sua proposta emplacar, o presidente da Constituinte e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, nem tanto. Ele acha que o regimento já está aprovado, prevenido votações por capítulos, e que "haverá grande dificuldade em mudar isso". Acha, ainda, que o processo de votação vai durar apenas "quatro, seis ou oito semanas" e, portanto, não haverá necessidade de antecipar qualquer votação antes das demais. "Se fôssemos levar meses, aí, sim, talvez valesse a pena".

Covas contra-argumenta dizendo que uma emenda invertendo o cronograma de votações pode simplesmente caminhar ao lado das votações normais, sem interromper os trabalhos. Diz, ainda, que a proposta não é exatamente sua "mas veio crescendo naturalmente dentro da Constituinte".

Além dos objetivos proclamados da proposta — diminuir as tensões e orientar as demais votações — há duas outras intenções não reveladas. Uma é tentar esvaziar o *Centrão* e outra é apressar as duras discussões internas do PMDB, dividido entre os conservadores que integram o próprio *Centrão* e os históricos que vão realizar uma reunião sábado em Brasília.

Empresa intensifica 'lobby'

O diretor para Assuntos Externos da Esso, Adhemar Berlefin, revelou que a empresa já teve contato com 350 dos 559 constituintes, na ação de *lobby* que desenvolve com as outras multinacionais do setor de petróleo para derrubar o artigo 207 do projeto da Constituição, que estende o monopólio estatal à distribuição de derivados. Informou que novos contatos serão feitos até o início da votação na Constituinte.

Além do trabalho junto aos constituintes, Esso, Texaco, Shell, Atlantic e também a Companhia São Paulo desenharam campanha publicitária em escala nacional, com *outdoors* e adesivos que exibem os dizeres "Quem distribui também contribui". No comando do *lobby* a favor do artigo 207, a Comissão em Defesa do Monopólio Estatal do Petróleo e Contra os Contratos de Risco recolhe dados sobre os lucros das distribuidoras.

Para o presidente da Federação Nacional do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo, Gil Siuffo, a batalha

contra a ampliação do monopólio está ganha. Ele disse que 75% dos constituintes já contactados declararam-se contra o artigo 207. Segundo Siuffo, só 20% são a favor e 5% estão indecisos.

A Comissão de Defesa do Monopólio Estatal do Petróleo, criada em março, é presidida por Barbosa Lima Sobrinho, presidente da ABI (Associação Brasileira de Imprensa), e tem apoio de 75 entidades, como CUT, CGT e sindicatos de empregados da Petrobrás. A comissão concentra seu trabalho no levantamento das remessas de lucros das distribuidoras para o exterior e dos investimentos feitos no país.

Segundo o assessor da Associação dos Engenheiros da Petrobrás, Gustavo Kaye, os investimentos das distribuidoras são insignificantes, porque o petróleo é vendido pela Petrobrás e chega aos postos de gasolina em caminhões de empresas transportadoras.